

REQUERIMENTO

SINAGA CONTINUA A CONSUMIR DINHEIRO DOS AÇORIANOS

A Sinaga, histórica empresa açucareira criada com o objetivo de transformar beterraba sacarina em açúcar, para abastecer o mercado dos Açores acabou em mãos do governo regional com vista à sua reestruturação e capacitação para se tornar mais moderna e competitiva e com o mesmo propósito.

No final do passado mês de fevereiro o governo dos Açores decidiu autorizar a celebração de um contrato programa entre a Região Autónoma dos Açores e a Sinaga S.A. no valor até dois milhões de euros que visa assegurar a atividade desta empresa pública em 2019, garantindo o abastecimento contínuo e regular de álcool e açúcar no mercado dos Açores.

Em setembro de 2018 o presidente do conselho de administração da açucareira afirmava que a Sinaga “não é um caso perdido” apesar do passivo na ordem dos 28 milhões de euros, que espera resolver até 2022”

O passivo da Sinaga em 31/12/2017 na sua maioria avalizado pelo governo dos Açores, na ordem dos 28 milhões de euros, a que se acrescenta cerca de 7 milhões de euros de subsídios e reforços de capital transferidos pelo governo regional desde a sua intervenção em 2010, perfaz um total de 35 milhões de euros de recursos sob a responsabilidade dos açorianos.

A minimização daquelas responsabilidades e bem assim dos custos que os açorianos irão suportar pela má gestão e opções estratégicas erradas do governo regional, só será possível através da alienação do património daquela empresa, designadamente:

- a) do terreno e instalações sitas na Rua de Lisboa*
- b) do terreno urbano sito às Capelas*
- c) das instalações da fábrica do álcool da Lagoa*

Tendo em consideração a urgência em reduzir o referido passivo e o respetivo serviço da dívida.

É inconcebível que uma empresa tornada pública e persistentemente contribuinte negativa do orçamento regional continue a absorver dinheiro dos açorianos.

Com as condições que o governo regional criou e depois dos montantes que “enterrou” na Sinaga, importa saber o que sai mais barato aos açorianos: importar açúcar e álcool embalado diretamente do continente (mesmo que com uma marca distinta) ou se faz sentido manter os restantes trabalhadores sem os integrar na administração regional, à semelhança do que aconteceu aos anteriores trabalhadores, e pagar uma administração de uma empresa falida.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados signatários solicitam os seguintes esclarecimentos:

- 1. Em que fase se encontra o processo de avaliação das possibilidades edificativas do terreno e instalações sitas à Rua de Lisboa, designadamente se foi presente o respetivo pedido de informação prévia à Câmara Municipal. Em caso afirmativo e existindo já resposta, solicitamos a entrega das respetivas cópias.*
- 2. Relativamente ao terreno urbano sito às Capelas, solicitamos informação sobre a situação atual do respetivo projeto de desenvolvimento urbano e/ou outras diligências que tenham sido encetadas.*
- 3. Quanto ao processo de alienação das instalações da fábrica de Álcool na Lagoa, solicitamos informação sobre o respetivo processo de venda, designadamente se já foram apresentadas propostas de compra por eventuais interessados.*
- 4. Cópia do Plano e Orçamento da Sinaga, para 2019.*
- 5. O quadro do pessoal, em 2019, com as respetivas categorias profissionais.*
- 6. Qual a aplicação estimada do financiamento de dois milhões de euros anunciados para 2019 pelo governo regional.*

7. Qual foi a quantidade de açúcar embalada, na Sinaga, em 2018.
8. Qual o preço médio estimado nos Açores, por unidade, de açúcar refinado e de álcool, se for adquirido no continente, em 2019.
9. Qual foi o preço por kg de açúcar empacotado, decorrente da atividade da Sinaga em 2018, considerando todos os custos imputáveis.

Açores, 19 de março de 2019

Os Deputados



António Almeida



António Vasco Viveiros

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 809	Proc. n.º 54.03.00
Data: 01/03/20	N.º 600 XI